tação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data da pesquisa.

§ 3º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 4º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV do § 2º deste artigo, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- descrição do objeto, valor unitário e total;
- número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proponente;
- endereço e telefone de contato; e
- data de emissão.

III - registro, nos autos, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo.

§ 5º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata este artigo, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 6º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo setor administrativo responsável e aprovados pela Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ).

§ 7º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 8º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, máxime quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 9º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo setor administrativo responsável e aprovados pela PGJ.

§ 10. Os preços coletados pelo setor responsável do MPPA deverão ser validados pela área administrativa demandante, nos moldes da estimativa de valor da contratação apurada quando da elaboração do planejamento inicial da solução requerida.

Art. 27. Considerando a autonomia funcional, administrativa e orçamentária do MPPA, e considerando suas demandas específicas, compete-lhe a realização de registro de preços próprio para aquisição de bens e contratação de serviços, sem que seja necessária consulta ou autorização prévia de ente público, preservadas ainda as possibilidades normativas de sua participação em registro de preços de outra instituição ou sua adesão à ARP federal, do Distrito Federal, do Estado do Pará ou de outros Estados.

§ 1º Este artigo abrange qualquer objeto, incluindo contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustível, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível, por meio de rede de postos credenciados e/ou postos privativos de abastecimento, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e Serviço Móvel Pessoal (SMP), e serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais.

Art. 28. O MPPA poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto nesta Resolução e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos participantes.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em 2 de dezembro de 2021.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA Procurador-Geral de Justiça, por substituição
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR Procurador de Justiça
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL Procuradora de Justiça
LUIZ CESAR TAVARES BIBAS Procurador de Justiça
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA Procurador de Justiça DULCELINDA LOBATO PANTOJA Procuradora de Justiça
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES Procurador de Justiça ADÉLIO MENDES DOS SANTOS Procurador de Justiça
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA Procuradora de Justiça
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA Procurador de Justiça
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER Procuradora de Justiça

TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA Procuradora de Justiça
MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS Procuradora de Justiça
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO Procurador de Justiça
JORGE DE MENDONÇA ROCHA Procurador de Justiça HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA Procurador de Justiça MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES Procuradora de Justiça
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO Procuradora de Justiça MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO Procuradora de Justiça
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO Procuradora de Justiça HAMILTON NOGUEIRA SALAME Procurador de Justiça WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO Procurador de Justiça SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA Procurador de Justiça

Protocolo: 742850

OUTRAS MATÉRIAS

Extrato da PORTARIA nº 053/2021-4ºPJDPMA do Inquérito Civil nº 000125-151/2020-4ºPJDPMA

Sua Excelência o Senhor Doutor RODIER BARATA ATAÍDE, 4º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, torna público a instauração do Inquérito Civil nº 000125-151/2020-4ºPJDPMA.

PORTARIA nº 053/2021 - 4ºPJDPMA

Data: 19/10/2021

Objeto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao Processo 4807/2019-SESAN/PMB, oriundo da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), do qual decorreu o Contrato nº 14/2019-SESAN/PMB, firmado com a empresa F. A. S. DE CARVALHO SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI.

Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE

Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.

Protocolo: 742511

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA nº 023/2021-MP/PJCP

A Promotora de Justiça da cidade de Concórdia do Pará, Naiara Vidal Nogueira, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público, através da PORTARIA nº 023/2021-MP/PJCP, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Concórdia do Pará, situada na Rua Bezerra de Menezes, nº 280, Bairro Nova Aurora, CEP: 68685-000, Concórdia do Pará/PA.

PORTARIA nº 023/2021-MP/PJCP

Objeto: Apurar a ocorrência de improbidade administrativa enquadrável na Lei nº 8.429/92 na Chamada Pública nº 001/2021 PNAE, no ano de 2021, bem como de colher os elementos de prova necessários ao ajuizamento da ação judicial cabível, ou suficientes para promoção de arquivamento do procedimento investigatório

Protocolo: 742509

Extrato da PORTARIA Nº 28/2021-3ªPJSIP

Procedimento Administrativo Nº 24/2021

A 3ª Promotoria de Justiça de Santa Izabel do Pará torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Nº 24/2021-MP/3ªPJSIP, o qual se encontra à disposição na Rua Valentim José Ferreira, Nº 1325, bairro Nova Brasília, Santa Izabel do Pará.

Procedimento Administrativo nº 24/2021-MP/3ª PJSIP

Data da Instauração: 10/12/2021.

Instaurante: 3º Cargo da Promotoria de Justiça de Santa Izabel do Pará Membro do MPPA: Lilian Nunes e Nunes - 3ª Promotora de Justiça Titular Objeto: Acompanhamento das medidas adotadas pelo Município de Santa Izabel do Pará e o Estado do Pará, para garantir o tratamento de saúde adequado ao paciente KLEBER FRANCISCO SILVA NASCIMENTO.

Referência: SIMP 001638-094/2021.

Santa Izabel do Pará(PA), 13 de dezembro de 2021.

Protocolo: 742518